



ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Profissões e Organizações

O Risco e as suas Percepções: Modos de Produção e Reprodução no sector da Construção Civil

COELHO, Inês

Licenciada em Sociologia,

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

minesvilarcoelho@hotmail.com

LEITÃO, Sandra

Licenciada em Sociologia,

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

sandracoutoleitao@hotmail.com

Resumo

A presente comunicação visa compreender o fenómeno da (re)produção das percepções do risco no âmbito da Construção Civil. Nesse sentido, utilizamos a metodologia qualitativa para este estudo de caso com a aplicação de entrevistas semi-directivas a 34 trabalhadores directos da *NORTCONSTRUT*.

Consequentemente, debruçamo-nos sobre algumas questões relevantes decorrentes da problematização do risco, uma vez que o sector da Construção Civil se apresenta como um dos sectores que mais negativamente contribui para as elevadas estatísticas de acidentes de trabalho. Procuramos apelar à intervenção dos vários actores institucionais e académicos de modo a romper com discursos predominantemente voltados para a área técnica, política e senso comum.

Palavras-chave: Risco Subjectivo; Sociabilidades (in)formais; Cultura organizacional; Representações sociais





Introdução:

O presente projecto vai ao encontro da necessidade de melhor compreender o fenómeno da (re)produção das percepções do risco no âmbito da Construção Civil. Para tal, a questão central colocada é “*Quais são os principais factores sociais e organizacionais na construção das percepções do risco nos trabalhadores de uma empresa de Construção civil e obras públicas?*”.

Numa primeira instância procuramos *dar um contributo teórico para o conhecimento sociológico acerca do risco neste contexto*, até porque fomos constatando o quão este tema estava arredado das Ciências Sociais. Para dar resposta à necessidade de rigor científico é imperativo *efectuar uma análise sistemática dos dados recolhidos no sentido de identificar relações causais* onde se procuram identificar as interacções entre as diferentes variáveis e as suas influências. Paralelamente, procuramos *produzir conhecimento*, em profundidade, *acerca das práticas e representações vividas pelos trabalhadores da construção civil nesta empresa específica*, tentando identificar o perfil do trabalhador da Construção Civil e sua relação com o risco.

Parece-nos então importante *caracterizar a empresa NORTCONSTRUT ao nível institucional*, mais precisamente *recolher informações gerais e contextualizadoras da empresa a nível histórico, económico e associativo* uma vez que se trata de um estudo de caso. E concomitantemente, pretendemos *caracterizar a NORTCONSTRUT ao nível organizacional*, para depois conseguirmos *compreender os impactos da forma de organização empresarial nas condutas de risco*.

Por fim, ambicionamos *estudar o papel das sociabilidades verticais e horizontais na experiência subjectiva do risco*, dando a *conhecer os mecanismos formais e institucionais que contextualizam as relações laborais*, de modo a *delinear a importância das relações informais na vivência quotidiana do risco*.

Dadas as características do sector emerge a necessidade epistemológica de desconstruir e contrariar muitos dos discursos propagados pois não falamos de uma mera questão de fatalidade ou inevitabilidade do destino (Pinto, 1996). Se o que está em causa é descortinar as causas objectivas subjacentes à ocorrência de acidentes e à construção das percepções do risco, de acordo com o autor influem necessariamente factores como as características dos trabalhadores e dos processos produtivos, a intensidade da actividade económica e a dimensão e configuração organizacional da empresa aos quais devemos estar atentos.

Principais eixos teóricos:

Antes de mais, é necessário debater a própria noção do risco na medida em que é uma construção sócio-histórica que se acredita ter surgido no decorrer dos séculos XVI e XVII. Este conceito sofreu mutações ao longo do tempo, já que se no passado se associava a forças superiores divinas e ao destino excluindo, deste modo, a responsabilidade humana. Contrariamente, na actualidade e por via da emergência do mundo industrializado capitalista assente no conhecimento científico, o conceito de risco passa a ser racionalizado cientificamente associado à existência de uma preocupação no cálculo e no desvio da norma. Por consequência, este passa a ser manejável e fruto de intervenção humana que se inquieta e interessa pela sua prevenção.

Acresce ainda a perspectiva que enfatiza a característica globalizadora e ambígua dos riscos, aumentando também os sentimentos de incerteza e suscitando, da nossa parte, um entendimento analítico sobre o modo como este é operacionalizado e quais as suas implicações nos indivíduos e nas organizações.

Entendendo o acidente como a materialização do risco, o primeiro é vulgarmente definido como um infinito de possíveis azares que pode ser percebido como universal à sociedade humana, porém a forma de os classificar, perceber e gerir é socialmente variável. Está geralmente associado a algo não



intencional, imprevisível, coincidência, algo não desejado, arbitrário e não lógico. É um *tipo ideal* pois na prática nem todos os acidentes são involuntários e imprevisíveis pois implicam actos de responsabilidade, de negociação e de conflito (Judith Green 2003). Este é um evento concentrado no tempo e no espaço produzido pela interacção social, técnica e organizacional sendo diferentemente distribuído e manipulado. É importante a ideologia da racionalidade e construção da ideia de acidente no que diz respeito à probabilidade estatística e à quantificação dos fenómenos. Neste contexto, surge toda uma profissionalização da prevenção do acidente que tem como objectivo a socialização dos riscos de acidente reduzindo a incerteza e responsabilizando individualmente a potencial vítima.

Recuperando o contributo da análise cultural do risco percebemos que a resposta ao risco é determinada por protótipos de crença cultural onde cada grupo detém posições específicas sobre o risco desenvolvendo consequentemente determinadas atitudes e estratégias. São os padrões culturais que estruturam os valores seleccionando-os e priorizando-os relativamente a outros. Para Mary Douglas (Krimsky et al., 1992) cada organização social possui os seus próprios valores assim como é proprietária de uma hierarquização do risco onde apreensão do risco depende da percepção do tempo, da nossa posição social e do nosso código valorativo. Os riscos e os perigos não devem ser, aqui, percebidos como objectivos mas antes como formas de vida carregadas de subjectividade daí o apelo ao papel institucional devido à necessidade de algum tipo de hierarquia e de uma memória incorporada, sinónima de tradição. Esta, elabora um modelo analítico que representa a relação entre modos de organização social e as respostas ao risco emergindo, assim, dois tipos de organização social:

1) Membros com elevado nível de comprometimento desenvolvendo e mantendo os laços internos afastando-se, deste modo, da hierarquia e do que é externo. Logo, responsabilizam-se as vítimas descartando-se a responsabilidade dos outros – HIGH GROUP ETHOS;

2) Enfoque no factor individual, na competição, no conflito interno, nos laços fracos e na menor solidariedade onde subsiste uma concepção mais neutral baseada na sorte e no destino do que na culpabilidade – LOW GROUP ETHOS;

A partir daqui, a autora identifica 5 tipos-ideais:

A) *Atomized individuals*

B) *Entrepreneur*

C) *Bureaucrats*

D) *The Hermit*

E) *Egalitarian*

Dando enfoque à dimensão comunicacional, a teoria da amplificação social do risco adquire centralidade ao conceber a investigação dos riscos como uma actividade científica e uma expressão cultural. A amplificação social do risco é definida como um fenómeno geral composto pelas estruturas sociais e processos de experiência do risco, pelas repercussões consequentes das percepções individuais e grupais e do efeito dessas respostas na comunidade, sociedade e economia. É desta forma, um mecanismo correctivo onde a sociedade actua podendo alterar o foco de análise e percepção do risco. Nas teorias da comunicação, a amplificação denota um processo de intensificação ou atenuação de sinais na transmissão da informação onde as mensagens têm significados diferentes conforme o meio sócio-cultural do seu receptor. Nesta linha de ideias, as fontes e os sinais de informação não são independentes e são concebidos como uma unidade para o receptor que constrói uma inferência sobre a relação dos dois. Esta concepção de risco representa um fenómeno onde os processos informativos, as estruturas institucionais, o comportamento grupal e as respostas individuais moldam a experiência social do risco. Logo, o risco ganha significado apenas na extensão em que ameaça a forma como as pessoas pensam sobre o mundo e os relacionamentos.



O conceito de amplificação social do risco tem um carácter dinâmico não negligenciando o resultado da experiência do risco na aprendizagem e na interacção social introduzindo a noção temporal e a extensão geográfica dos impactos. As suas raízes assentam na experiência social do risco (directa e indirecta) e na experiência através da informação recebida acerca desses riscos e dos sistemas de gestão. Frequentemente, uma experiência dramática de acidente aumenta a memorabilidade e a imaginação do perigo logo intensifica fortemente a percepção do risco mas a experiência directa pode também fornecer um feedback na natureza, extensão e gestão do perigo dotando-o de uma maior perspectiva e capacidade de evitar o risco podendo ser mais uma forma de amplificação ou atenuação do risco.

As redes de comunicação informais nos quais se inserem os colegas de trabalho sublinham o facto do risco não ser considerado isoladamente da percepção dos pares sendo estes pontos de referência e validação das percepções. Aliás, nessa interacção grupal as interpretações do risco tendem a ser integradas nas estruturas valorativas mais amplas tornando-se resistentes a nova informação contraditória.

Os discursos vigentes do risco são fornecidos pelos sistemas de conhecimentos dos peritos, o que muitas vezes pode ser mais criticado no âmbito sociológico, pela negligência da capacidade dos próprios sujeitos gerarem os seus conhecimentos por via das suas experiências. Daí, que Lupton (1999) considere que é importante o meio social dos sujeitos na formação das posições do risco já que estas reflectem a necessidade de integração e coesão no grupo e a formação da sua identidade. Paralelamente, as preocupações com o risco ajudam ao agrupamento dos indivíduos uma vez que é nesses grupos que há partilha das ansiedades e do desejo de combate às agências que impõem o risco.

Apesar da aparente diluição das fronteiras sociais existente na sociedade actual, o risco continua a ser fortemente influenciado por critérios como classe social, género, etnicidade, mudanças na vida, posição tomada na trajectória de vida e diferentes acessos às fontes de poder. Por isso mesmo, o risco pode originar a rotulação daqueles membros dos grupos sociais, ora tidos como particularmente vulneráveis, passivos, perigosos para si e para os outros ou não. Segundo a autora, cada vez mais assistimos à presença de produtos culturais que sugerem uma crescente fascinação e excitação que o risco acarreta, isto é, os actos transformam-se em meios de quebra de rotina e o cultivo do risco passa a ser uma forma de minar a rotina instalada.

Sainsaulieu (Queiroz, 2003) identifica dois tipos de empresa: a “*empresa comunitária*” (organização de base tradicional oferecendo aos seus assalariados condições objectivas de identificação com a figura do patrão, potenciando uma articulação intensa entre identidade profissional e sentimento de pertença). A “*empresa dual*” (gestão de pessoas organizada face à coexistência de segmentos de trabalho distintos predominando a divisão vertical e horizontal). A distância hierárquica que caracteriza as organizações laborais não implica uma separação rígida ao nível da convivência uma vez que o superior hierárquico assume a autoridade de pai. Mas paralelamente, assiste-se a uma separação física entre serviços administrativos e contabilísticos e o espaço da produção material dificultando a consciência da relação social.

No contexto geral do Nordeste português, a construção civil emerge como uma actividade económica de transição entre a agricultura e a indústria sendo percebida como uma oportunidade de ascensão social. Os trabalhadores da construção civil percebem o controlo exercido no trabalho industrial de índole taylorista como uma “morte social”, logo são os que menos se identificam com o proletariado. Aliás, o seu trabalho caracteriza-se pela dureza física que justifica a “cumplicidade subjectiva e objectiva” com as estratégias gestionárias, assim como a aceitação da informalidade e precarização das condições de trabalho. A informalidade é central pois é o espaço da formação dos mais jovens e ainda é nela que se realiza uma actividade independente. Este grupo é dotado de um *habitus* particular que potencia a racionalização e o descrédito na acção colectiva permanecendo uma lógica individual de resposta às situações e problemas favorecendo o sistema dominante. Esse mesmo *habitus* revela-se importante na problematização das acções de risco de natureza aculturada, na medida em que, tratando-se de disposições e técnicas orientadas por princípios nos quais as práticas sociais e culturais são mantidas e



reproduzidas, faz com que Bourdieu considere que a prevenção dos riscos seja muito mais uma questão de rotina do que uma real preocupação (Lupton, 1999).

São possuidores de um *ascetismo materialista* originando uma preocupação forte com a poupança através do trabalho suplementar e fora dos horários normais. As particularidades dos seus contextos familiares e residências implica sacrifícios de tempo de actividades extra-laborais como a participação política e a interiorização de sentimentos de inferioridade social pela exclusão do acesso à escolarização sendo necessário implementar estratégias alternativas de inclusão como o próprio investimento no trabalho tendo uma percepção positiva do trabalho manual e artesanal funcionado como escudo de protecção da dignidade pessoal. As contingências meteorológicas fora do controlo humano a que estão sujeitos leva à construção de sentimentos como a fatalidade, o destino e a providência permanecendo uma predisposição cultural para a relação física, para inteligência prática, para a polivalência e para a desqualificação tecnológica presente na socialização primária e laboral.

No “mundo social do estaleiro” existe uma liberdade para conversar durante o tempo de trabalho, a existência de aparelhos radiofónicos e a liberdade para cantarolar, ou seja, existe uma compatibilidade entre o espaço e o tempo de divertimento e de trabalho. Na verdade, esta aparente liberdade origina múltiplas formas de dominação onde apenas podem ser negociadas pequenas soluções quotidianas como forma de atenuação da dureza de trabalho. Estas soluções passam pelo fechamento, posicionamento defensivo, individualismo e desorganização da acção colectiva.

Dado o nosso objecto de estudo, o nosso olhar necessariamente recai sobre a socialização secundária tida, por Berger e Luckmann (1997), como a interiorização de “*submundos institucionais*” cuja extensão e carácter dependem do grau de complexidade da divisão do trabalho e da distribuição social do conhecimento. Tal implica a aquisição de vocabulários específicos das funções dada a necessidade de interiorizar campos semânticos que vão estruturar as interpretações e as condutas no quotidiano da instituição. Por fim, é necessária a existência de um aparelho legitimador e de símbolos e rituais e/ou materiais e uma identificação subjectiva com a função e com as normas, sendo que o seu carácter depende do estatuto do corpo de conhecimentos e em torno do universo simbólico.

Claude Dubar (1991) refere que no interior do processo de socialização a identidade deve ser interpretada como “*identidade para si*” e “*identidade para o outro*”. A noção de identidade é então definida como “*resultado estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições.*” (Dubar, 1991, pág.113) Tomando como problematização a dinâmica das identidades profissionais e sociais, Dubar identifica quatro processos identitários típicos que estabelecem a articulação entre uma identidade (virtual) atribuída pelo outro e a identidade (real) para si.

De acordo com Sainsalieu (1988), a *sub-cultura* dominante no ramo da construção civil corresponde ao *retraimento* que é definida como uma *sub-cultura* onde impera a dependência face à autoridade hierárquica que polariza um vasto contingente de relações afectivas em compensação das relações fracas vividas com os colegas. Deste modo, o trabalho não é estruturador das relações sendo que as interpessoais são fracas predominando a necessidade económica. Mas permanece uma predisposição forte para desenvolver laços relacionais entre pares e hierarquia segundo o “*modelo da solidariedade crítica*” demonstrando a especificidade desta cultura operária onde sobressaem comportamentos que vão ao encontro da necessidade de afirmação da virilidade e masculinidade como forma de pertença grupal.



Modelo orientador da investigação e conduta metodológica:

Partindo da tentativa de compreensão do risco subjectivo delineamos um conjunto de relações de dependência face a alguns factores que consideramos pertinentes e inovadores na nossa análise. Como relação directa, o **risco subjectivo** é resultado de **factores organizacionais**, nomeadamente a composição formal e estrutural da empresa mas também é condicionado pela cultura de empresa, pela valorização da formação e das pessoas, pela consciencialização do risco e pela forma de gestão das sociabilidades e interacções laborais. Estas características intrínsecas à organização empresarial moldam as **condições materiais efectivas do exercício da profissão**, apesar de estarem fisicamente afastadas da sede e se concentrarem no estaleiro. Uma vez que, a política de gestão da empresa funciona como orientador de condutas face às adversidades climatéricas, ao manuseamento de máquinas e equipamentos e ainda estrutura as relações sociais de trabalho formais e informais esta torna-se uma variável de influência directa, enquanto que estas condições de trabalho assumem uma causalidade indirecta na construção subjectiva do risco.

Paralelamente, emergem os **factores sociais** da organização que não são indissociáveis da componente mais técnica e burocrática na medida em que a selecção das pessoas obedece a critérios formalizados e regulamentados, existindo mesmo uma relação de dependência directa embora estes também condicionem indirectamente a estrutura da empresa. Estes factores sociais constituem uma variável independente de influência directa sobre as questões do risco subjectivo dos trabalhadores pois as componentes sociodemográficas e o processo de construção das identidades têm um papel central na formação das percepções individuais e grupais do risco. Esta, porém não é uma relação unilateral, pois o risco subjectivo produzido e reproduzido tem efeitos indirectos no modo como os indivíduos se vêm a si próprios e ao seu trabalho.

Sublinhamos, ainda, a relação recíproca e indirecta que se estabelece entre as **condições de trabalho** e os **factores sociais**, sendo que o estaleiro é o palco privilegiado das sociabilidades com superiores hierárquicos, com terceiros, com colegas de trabalho que partilhando um código de valores, práticas e saberes influenciam o espaço de trabalho. Este mesmo espaço assume-se como lugar de afirmação pessoal e grupal dadas as características do mesmo, nomeadamente a excessiva dureza, vulnerabilidade e mutabilidade.

Acresce ainda, a variável **representações sociais** tida como independente na produção do risco subjectivo, já que reconhecemos que a imagem detida pela sociedade acerca do trabalhador da construção civil assume um peso simbólico determinante na orientação das representações individuais, condutas e práticas de risco no quotidiano do estaleiro.

Por último, estas mesmas **práticas de risco** são o resultado directo de uma percepção construída e partilhada socialmente, mas também de um processo individualizado onde o sujeito negoceia a sua própria vivência.

A nossa adopção pela **pesquisa qualitativa** relaciona-se com o seu enfoque privilegiado na interpretação havendo uma aceitação, relativamente pacífica, da intromissão dos factores sociais e relacionais pela situação gerada na produção científica de campo. Especificamente, optamos pelo **estudo de caso** uma vez que a empresa em causa é composta por 51 operários directos e face à reduzida dimensão do objecto de análise, emergiram frequentes questionamentos acerca da melhor abordagem a adoptar. A técnica central é a **entrevista semi-directiva** onde se procura focar os conceitos anteriormente definidos e que devem, de certo modo, reflectir a experiência quotidiana dos entrevistados. Ela procura descrever, como nos diz Weiss (2003) a experiência subjectiva, as situações, as acções, os interesses, as crenças, funcionando como “ (...) *uma janela virtual para a experiência (...) dando-nos acesso às observações de outros (...) através da entrevista nós podemos aprender sobre sítios onde nunca fomos e sobre situações que nunca vivemos.*” (Holstein, 2003:10).



A nível simbólico, esta técnica parece conceder maior importância à população-alvo assegurando, portanto, uma maior participação dos mesmos. Assim, garante a compreensão das condições psicológicas e ambientais que enquadram o decorrer da situação de entrevista, a disposição e reacção do entrevistado face às perguntas colocadas permitindo a explicação ou simplificação quando estas não são suficientemente claras.

Foram efectuadas 34 entrevistas aos trabalhadores directos, num espaço temporal que teve início no dia 1 de Março e término no dia 2 de Maio de 2007, 5 delas no armazém da empresa, 12 em Francelos, 5 em S. Félix da Marinha, 7 em Matosinhos e 5 em Gueifães. As entrevistas do armazém foram realizadas no refeitório de manhã durante o horário de trabalho enquanto que as restantes decorreram durante a hora de almoço dos trabalhadores na obra e no espaço circundante. Salientamos que 2 trabalhadores recusaram participar e que os outros trabalhadores da empresa ficaram excluídos do estudo pois tinham sido deslocados para uma obra para Espanha tornando-se impraticável inclui-los na amostra.

A NORTCONSTRUT e os seus trabalhadores:

A *NORTCONSTRUT* fundada por volta da década de 30, começou por ser uma firma em nome individual dedicada às obras públicas e nos anos 60 orientou-se para a construção industrial, dado o crescimento industrial da época. Nos anos 80, a forma legal da empresa passou a sociedade limitada. Nos anos 90 alargou-se ao mercado habitacional e nos últimos anos começou a dedicar-se a empreitadas, nomeadamente a clientes particulares, a edifícios de bancos, hotéis e até hoje divide-se entre a construção própria de habitações e apartamentos, empreitadas de edifícios para clientes antigos e mais recentes.

Após uma análise cuidada constatamos que a mesma é composta pela hibridez de dois modelos expostos por Mintzberg (2004), pois sabemos que a realidade é bem mais complexa e quase nunca se traduzem em tipos ideais. Temos então presente a *burocracia mecanicista* e a *burocracia divisionalizada*.

Os trabalhadores directos da *NORTCONSTRUT* apresentam um perfil social e demográfico que se traduz numa média de idade igual a 48 anos, o que denota ser uma população envelhecida e por isso peculiar face à maioria dos trabalhadores deste sector de actividade. São maioritariamente casados e possuem um grau de escolaridade baixo, onde a categoria modal é a 4ª classe, o que se pode traduzir num obstáculo à assimilação da cultura de segurança estandardizada e formal e à mudança nos materiais e procedimentos de trabalho. Analisando de forma superficial a origem social destes trabalhadores por referência à profissão desempenhada pelos pais verificamos a tendência para a reprodução social, não só ao nível profissional, mas também ao nível da classe e estatuto sociais. A localização habitacional faz-se, com maior incidência, nas áreas geográficas circundantes do local de sede da empresa, nomeadamente no distrito do Porto.

Outra particularidade desta empresa prende-se com a antiguidade dos seus trabalhadores, cuja média se situa entre os 27 anos, logo, isto revela uma política de gestão dos trabalhadores que reflecte uma cultura de empresa muito baseada na proximidade e confiança entre trabalhador e patrão. Facilmente constatamos que, e ao contrário do que se verifica a nível mais geral, a taxa de sindicalização é elevada o que pode ser o resultado da idade avançada dos trabalhadores, do seu tempo de casa e por deterem uma representação acerca da precariedade laboral crescente no seu sector.



Constatações finais:

Da nossa primeira hipótese que se consubstancia na proposição de que a cultura organizacional da *NORTCONSTRUT* condiciona o risco subjectivo e objectivo dos seus trabalhadores directos retiramos as seguintes elações. Em primeiro lugar, de facto constatamos, através da prática discursiva dos trabalhadores, que a cultura de empresa condiciona o risco subjectivo na medida em que a empresa enquanto organização social dispõe de um conjunto de valores hierarquizados sobre o risco que determinarão atitudes e estratégias face ao mesmo. Porém, há que ver que existe uma variabilidade nessa percepção que pode advir de uma experiência mais individual ou ainda de características sociográficas.

A maioria dos trabalhadores acredita que na sua profissão se expõem a riscos e perigos. Na verdade, apesar da aparente elevada consciencialização acerca do risco a *NORTCONSTRUT* apresenta valores reduzidos ao nível dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais. É central nesta questão o relacionamento que se estabelece entre a direcção da empresa e o trabalhador directo pautado pela informalidade. Aliás, a empresa é dotada de um conjunto de veículos de comunicação formal e informal munida de sentidos que garantem ao trabalhador a construção da sua experiência social de risco que pode não estar directamente relacionada com a racionalidade probabilística.

Deste modo, a cultura organizacional enquanto modo institucionalizado de agir e pensar numa organização inevitavelmente ajuda-nos a compreender as acções dos trabalhadores, isto é, mediante o tipo de políticas protagonizadas pela instituição, quer ao nível da gestão de pessoas, ao nível da segurança, formação e certificação vamos ter resultados específicos. Consecutivamente, a partir das entrevistas observamos que a maioria dos entrevistados não fez cursos de formação na empresa, embora subjectivamente acreditem ser uma mais-valia para a execução do seu trabalho. A partir dela, reconhecem que poderiam ter benefícios quanto ao conhecimento de novos materiais, ao acompanhamento das evoluções da profissão e actualização dos seus conhecimentos. Porém, apesar desta valorização existe a noção de um desfasamento entre um tipo de formação desadequado das necessidades e características da população, sendo um dos factores invocados para a desvalorização da formação profissional.

Ainda, acrescentamos que embora os trabalhadores refiram que a certificação não trouxe alterações significativas ao nível do seu modo operativo e na sua percepção subjectiva da segurança, são inegáveis as transformações nas práticas adjacentes como a arrumação dos materiais, a limpeza e a maior higiene e a preocupação com o cumprimento das normas e com a segurança no trabalho.

Segundo a tipologia de Sainsaulieu (Queiroz, 2003) a *NORTCONSTRUT* aproxima-se da “empresa comunitária” na medida em que os seus princípios de organização aparentam ser de base tradicional possibilitando aos seus assalariados condições de progressão na carreira profissional, uma identificação com a figura patronal facilitando a articulação entre identidade e pertença profissional.

Destacamos que a responsabilização dada aos acidentes de trabalho ocorridos pende sobretudo sobre o próprio trabalhador, uma vez que a incerteza das lógicas do acidente e a incapacidade de controlo e de previsão orientam a pressão para uma gestão e vivência mais individualizada do risco, o que pode ser um sintoma do modelo e da própria valorização da área dos recursos humanos na hierarquia empresarial e da fraca aposta na formação dos trabalhadores directos para as questões laborais e da sensibilização mais geral.

Ao descortinarmos a responsabilidade do acidente de trabalho vemos que a categoria seguinte mais mencionada é “todos” e depois os “encarregados” indicando a existência de uma relação de maior proximidade com estes devido à partilha do grupo de trabalho, da vivência e dos saberes práticos.

Ainda, referem os “engenheiros” e a “fatalidade” como as categorias menos citadas, o que por um lado traduz a desvalorização do papel dos engenheiros na empresa e, por consequência, dos seus saberes teóricos e formais na medida em que o risco está imerso em interações muito complexas e ambivalentes com os saberes especializados. Já o diminuído peso da fatalidade pode ser interpretado como o resultado



de um processo de desmistificação do lado mais “divinizado” do acidente por via da racionalização e cientificação por parte da empresa e da sociedade em geral.

Sobre o equipamento de segurança, a maioria dos trabalhadores considera-o suficiente para evitar o acidente, o que pode traduzir a ênfase dada ao nível dos equipamentos e menos ao nível das práticas, dos procedimentos e das consciências individuais que é o reflexo da própria certificação que procura focar mais o lado formalizado e materializado.

A maioria dos trabalhadores afirma sentir medo, podendo estar relacionado com a idade avançada dos trabalhadores.

Ao analisar o risco objectivo, constatamos que a maioria dos trabalhadores já teve e viu um acidente de trabalho, o que pode ser um factor de consciencialização face à ausência de políticas formativas levadas a cabo pela empresa, ajudando a formar uma memória latente do perigo influenciando a sua gestão do risco. O tipo de acidentes mais comuns foram os ferimentos e cortes, seguidos de quedas. Também a maioria afirma não ter nenhuma doença profissional, embora alguns indiquem problemas ao nível dos ossos e pulmões, e que o equipamento de segurança é desconfortável.

O trabalho na Construção Civil, pelas suas características intrínsecas, deixa grande parte dos trabalhadores cansado evidenciando o esforço físico e o ritmo de trabalho intenso empregue nesta actividade, originando maior vulnerabilidade ao descuido, à negligência e à falta de atenção.

Para compreender as dinâmicas da produção do risco consideramos importante o modo como o trabalhador da *NORTCONSTRUT* resolve os problemas do seu quotidiano laboral. Notamos que, em primeiro lugar, a tendência geral aponta para uma resolução individualizada reforçando a valorização dos seus saberes advindos da experiência, mas quando não conseguem dar resposta aos obstáculos, a maioria recorre à ajuda do encarregado ressaltando a centralidade desta figura ao nível laboral. Por último, são poucos os que referem os colegas de trabalho e os engenheiros como os auxiliares logo materializa, ao nosso ver, a quebra de solidariedade entre os pares e uma visão negativa da capacidade de solução dos engenheiros visível a partir do cruzamento com outros conceitos (tais como “*representações sociais*” e “*identidade relacional para si*”) e por toda a linguagem e postura dos trabalhadores face ao mesmo.

Quanto à nossa segunda hipótese, o risco subjectivo é determinado pelas características sociográficas e pelas sociabilidades formais e informais estabelecidas pelos trabalhadores no seu local de trabalho importa referir que, segundo a nossa análise dos dados, as características sociográficas da população-alvo não influenciam o risco subjectivo. Esta é pautada por uma homogeneidade em todas as variáveis impedindo-nos de estabelecer uma relação comparativa entre elas.

No que respeita às sociabilidades formais, os nossos dados sugerem que estas não são determinantes na medida em que a maioria dos trabalhadores é sindicalizado (não pertencendo a mais nenhuma associação laboral) e a principal razão da filiação prende-se com a influência dos pares e menos com a questão da informação e da segurança acerca dos procedimentos de prevenção. Se tomarmos em linha de consideração um dos trabalhadores que também é delegado sindical percebemos que há uma reprodução do discurso de culpabilidade do trabalhador no acidente de trabalho no interior do próprio sindicato. Tal indica que há um subaproveitamento do papel preventivo desta organização uma vez que ela pela proximidade e partilha de interesses e ansiedades comuns poder-se-ia tornar num actor dinamizador da mudança social.

Partindo da observação da informação recolhida acerca do papel das sociabilidades informais na produção e imagem subjectiva do risco destacamos o facto de grande parte dos trabalhadores ensinarem os colegas e os engenheiros que pode ser um factor de cópia de procedimentos e posturas da prática laboral quotidiana.



Vimos ainda que apesar da dureza do seu trabalho ainda resta tempo para a realização de jogos ou brincadeiras, reflectindo a hibridizade entre o espaço-trabalho e o espaço-lazer, tais como jogar à bola com o cão, molhar os colegas no Verão, contar anedotas e histórias, conversar sobre o trabalho e entrar na picardia, roubar roupa, jogar às cartas e dominó, descalçar as pranchas, dizer palavrões, etc. Desta forma, estas práticas demonstram uma dupla dimensão: por um lado, servem de atenuante das pressões exercidas pelas condições de trabalho que se pautam pela polivalência, pela mutabilidade, condições de tempo adversas, entre outros e como mecanismo de quebra da rotina.

A nossa terceira hipótese que se consubstancia no facto de a um conjunto de representações sociais negativas acerca do trabalhador da construção civil, detidas pela sociedade em geral, corresponde um aumento da negligência face ao risco por parte desses mesmos trabalhadores, segundo a nossa análise, valida-se. A maioria dos trabalhadores considera que a sociedade detém uma visão negativa acerca da sua profissão. Contudo, a mesma proporção afirma o oposto dizendo que não sentem vergonha da sua profissão e de serem denominados de trolhas mas durante o tratamento do seu discurso foi possível constatar o reconhecimento da desvalorização social do trabalho manual de que são alvo. Há que ver que as diferenças de tratamento não reflectem tanto uma efectiva valorização da condição social do operário mas da necessidade da sociedade recorrer aos seus serviços face à indispensabilidade e raridade da arte. Ainda, é importante mencionar que também notamos alguns trabalhadores que sentem a necessidade de se afastarem da rotulação de “trolhas”, espelhando as representações internas, procurando demarcar-se dos seus pares, o que traduz também uma reprodução do preconceito por parte dos próprios colegas de trabalho.

Desta forma, vemos que estas representações externas estão acompanhadas por práticas de risco sendo de ressaltar como principais comportamentos o descuido e distração, a negligência, o arriscar e o facilitar denotando uma acção de resistência e desafio à norma social.

Também, grande parte dos entrevistados diz utilizar o equipamento de segurança por motivos relacionados com a obrigatoriedade do seu uso aquando da presença da fiscalização ou por ordens das hierarquias e só quando este está disponível. Por outro lado, há uma cultura de fraca pró-actividade por parte dos trabalhadores que está relacionada com o desconforto do equipamento e, mais uma vez, com a influência do grupo que também não utiliza. Ora se o grupo é uma referência de comportamento também ajuda à definição da relação entre o corpo e o risco.

Também é visível nas atitudes de risco que a exposição a condições meteorológicas adversas no seu local de trabalho não é seguida por procedimentos de segurança e protecção limitando-se a preocupações com a roupa e com o uso de chapéus. Evidentemente, o consumo de bebidas alcoólicas é um factor a considerar e, neste caso, verificamos que metade dos entrevistados diz não consumir durante o horário de trabalho e outra metade bebe ao almoço tendo efeito no trabalho posterior. Alguns ainda enunciam consumos excessivos do álcool durante o horário de trabalho.

A última hipótese por nós levantada valida o facto da identidade dos trabalhadores da Construção Civil ser o resultado do entrecruzamento das características da organização empresarial, das sociabilidades vividas no estaleiro e das representações sociais. Ao nível da “identidade para outro” que entendemos como o modo como os outros vêem o trabalhador e como ele é para os outros devemos dizer que os trabalhadores desde muito cedo começaram a trabalhar na Construção Civil, sendo a idade de 14 anos a que aparece com maior regularidade estando relacionado com as políticas de recrutamento de pessoal de então. Logo, é perceptível o longo período de construção identitária e relacional com as hierarquias e com os colegas de trabalho visível na convivência fora do horário de trabalho em 14 dos trabalhadores, sendo que os restantes 20 alegam que tal não acontece por motivos de distância geográfica. A antiguidade constatada e a interacção grupal que gera solidifica as interpretações mais amplas do risco tornando-se mais resistentes à informação nova e contraditória como é o caso do processo de certificação da empresa. A maioria sempre trabalhou neste sector e o trabalho agrícola foi o emprego mais mencionado antes da entrada no mesmo representando uma forma de ascensão social e económica.



A razão mais invocada para a ida para a *NORTCONSTRUT* prende-se com a questão salarial indo de encontro ao “ascetismo materialista” que nos fala Maria Cidália Queiroz (Queiroz, 2003). Quando questionados acerca da razão pela qual têm a sua profissão a resposta também assume uma índole económica, seguindo-se a baixa escolaridade e o distanciamento face à escola e aos saberes formais reforçando o estigma social e as representações sociais negativas. Na verdade, a exclusão do acesso à escolarização acarreta o encetamento de estratégias de inclusão por via da valorização do trabalho artesanal e para, assim, alcançar a dignidade pessoal.

Os dados revelam ainda que os trabalhadores, na sua maioria, gostam da sua profissão porém considerámos que este se trata de um gosto “camuflado” uma vez que revelam a inexistência de alternativas, o hábito e acomodação à sua condição

Tomando em consideração a “identidade para si” enquanto a imagem que os trabalhadores têm sobre si próprios é de referir que 33 se consideram operários já que operam e têm uma relação de trabalho com um patrão contrariamente aquilo que poderíamos esperar. Relativamente à mudança de profissão 10 assumiram que preferiam uma profissão mais “leve” e “limpa” (interligando-se com a dureza das condições de trabalho a que estão sujeitos e com a influência das representações sociais) e outros apontam a saturação como motivo de mudança. Os restantes entrevistados não mudariam de profissão devido à idade avançada e à pouca escolaridade detida reflectindo que o exercer da profissão tem subjacente a necessidade económica, a falta de alternativas e o gosto pessoal. Resta ainda dizer que nesta profissão a aprendizagem dos saberes é efectuada por via da observação directa, da prática e da experiência intensificando as sociabilidades informais e grupais que se geram no local de trabalho e afastando-se dos saberes institucionalizados.

Analisando a “identidade relacional para si” que designa quem são os trabalhadores em contexto de interacção, destacamos o facto de 22 consideram que os seus colegas de trabalho são todos os trabalhadores com quem trabalham sempre e directamente, com quem convivem mais tempo e com quem aprendem o ofício. De seguida, aparece o chefe como figura de identificação com a qual a maioria diz ter uma relação positiva pois é a ela que recorrem para a resolução de problemas.

Concluimos que o risco subjectivo é o resultado da construção realizada dialecticamente entre a sociedade e os indivíduos sendo determinada pela estrutura e mantida ou modificada pelas relações sociais onde se insere.

Bibliografia:

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (1999) – *A construção social da realidade. Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento* – Lisboa, Dinalivro, ISBN: 972-576-192-8

DUBAR, Claude (1991) – *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*- Paris, Armand Colin, ISBN: 2-200-31287-3

GREEN, Judith (2003) – *Risk and misfortune: the social construction of accidents* – London, Routledge

HOLSTEIN, James A. (2003) – *Inside interviewing. New lenses, new concerns* – Sage publications ISBN: 0-7619-2851-0



KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic (1992) – *Social theories of risk* – Westport, Praeger Publishers, ISBN: 0-275-94168-X

LUPTON, Deborah (1999) – *Risk* – London, Routledge, ISBN: 0-415-18333-2

MINTZBERG, Henry (2004) – *Estrutura e dinâmica das organizações* – 3ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote ISBN: 972-20-1147-2

PINTO, José Madureira (1996) – “Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil” in *Cadernos das Ciências Sociais* nº15/16, Porto, Edições Afrontamento, ISSN: 0871-0945

QUEIROZ, Maria Cidália (2003) - “Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Nordeste de Portugal.” In *Sociologia* ISSN:0872-34-19. vol XIII 19- 55

SAINSAULIEU, Renaud (1988) – *L`identité au travail. Les effets culturels de l`organisation* – Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, ISBN: 2-7246-0559-4